

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	11
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

Relatório da Administração	13
----------------------------	----

Notas Explicativas	16
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva	57
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	60
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	61
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	160.000
Preferenciais	0
Total	160.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
1	Ativo Total	500.329	471.223	335.851
1.01	Ativo Circulante	27.838	82.697	51.022
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	14.194	68.057	40.301
1.01.02	Aplicações Financeiras	2.199	0	0
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	2.199	0	0
1.01.02.01.03	Títulos e valores mobiliários	2.199	0	0
1.01.03	Contas a Receber	10.400	12.800	8.101
1.01.03.01	Clientes	10.400	12.800	8.101
1.01.06	Tributos a Recuperar	203	513	499
1.01.07	Despesas Antecipadas	736	1.071	1.863
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	106	256	258
1.01.08.03	Outros	106	256	258
1.01.08.03.01	Outros Créditos	106	256	237
1.01.08.03.02	Partes relacionadas	0	0	21
1.02	Ativo Não Circulante	472.491	388.526	284.829
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	19.185	14.043	13.751
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	6.643	0	0
1.02.01.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	6.643	0	0
1.02.01.06	Tributos Diferidos	12.105	13.773	13.729
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	12.105	13.773	13.729
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	437	270	22
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	437	270	22
1.02.03	Imobilizado	24.787	31.230	20.515
1.02.04	Intangível	428.519	343.253	250.563

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
2	Passivo Total	500.329	471.223	335.851
2.01	Passivo Circulante	86.865	336.617	208.737
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.378	4.028	3.674
2.01.02	Fornecedores	9.333	9.830	6.511
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.378	2.698	2.219
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.378	2.698	2.219
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições a recolher	2.378	2.698	2.219
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	65.170	315.740	193.599
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	65.170	315.740	193.599
2.01.05	Outras Obrigações	4.936	4.115	2.734
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	3.195	3.633	1.992
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	490	1.783	0
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	2.705	1.850	1.992
2.01.05.02	Outros	1.741	482	742
2.01.05.02.04	Obrigações com o Poder Concedente	496	453	419
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	1.245	29	323
2.01.06	Provisões	670	206	0
2.01.06.02	Outras Provisões	670	206	0
2.01.06.02.04	Provisão para imposto de renda e contribuição social	670	206	0
2.02	Passivo Não Circulante	259.587	8.578	5.392
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	241.801	0	0
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	241.801	0	0
2.02.02	Outras Obrigações	5.528	4.382	3.834
2.02.02.02	Outros	5.528	4.382	3.834
2.02.02.02.03	Outras contas a pagar	5.528	4.382	3.834
2.02.04	Provisões	12.258	4.196	1.558
2.02.04.02	Outras Provisões	12.258	4.196	1.558
2.02.04.02.04	Provisão para manutenção	11.863	4.115	1.558
2.02.04.02.05	Provisão para perdas cíveis e trabalhistas	395	81	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
2.03	Patrimônio Líquido	153.877	126.028	121.722
2.03.01	Capital Social Realizado	160.000	150.000	150.000
2.03.02	Reservas de Capital	527	444	280
2.03.02.07	Plano de opção com base em ações	527	444	280
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-6.650	-24.416	-28.558

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	258.425	272.062	290.943
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-200.166	-208.165	-261.539
3.03	Resultado Bruto	58.259	63.897	29.404
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-8.161	-11.103	-24.170
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-8.158	-11.103	-24.169
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-3	0	-1
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	50.098	52.794	5.234
3.06	Resultado Financeiro	-23.145	-46.443	-16.218
3.06.01	Receitas Financeiras	8.823	15.716	4.116
3.06.02	Despesas Financeiras	-31.968	-62.159	-20.334
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	26.953	6.351	-10.984
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-9.187	-2.209	3.336
3.08.01	Corrente	-7.519	-2.253	0
3.08.02	Diferido	-1.668	44	3.336
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	17.766	4.142	-7.648
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	17.766	4.142	-7.648
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,11104	0,02761	-0,05510

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	17.766	4.142	-7.648
4.03	Resultado Abrangente do Período	17.766	4.142	-7.648

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	70.497	83.879	18.618
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	82.000	84.140	21.519
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) líquido	17.766	4.142	-7.648
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	15.813	17.781	9.907
6.01.01.03	Baixa do ativo imobilizado	120	222	2.486
6.01.01.04	Encargos financeiros e variação cambil sobre financiamentos e empréstimos	25.112	51.598	18.344
6.01.01.05	Constituição de provisão para manutenção	6.590	2.322	1.558
6.01.01.06	Tributos diferidos	1.668	-44	-3.336
6.01.01.07	Plano de opção com base em ações	83	164	208
6.01.01.08	Atualização monetária provisão para manutenção	1.158	235	0
6.01.01.09	Constituição de provisão para perdas cíveis e trabalhistas	292	135	0
6.01.01.10	Atualização monetária provisão para perdas cíveis e trabalhistas	128	6	0
6.01.01.11	Levantamento de depósitos judiciais	31	57	0
6.01.01.12	Atualização monetária depósitos judiciais	-46	-23	0
6.01.01.13	Obrigações com Poder Concedente	5.766	5.292	0
6.01.01.14	Provisão para imposto de renda e contribuição social	7.519	2.253	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-11.503	-261	-2.901
6.01.02.01	Clientes	2.400	-4.699	-8.101
6.01.02.02	Tributos a recuperar	310	-14	317
6.01.02.03	Despesas antecipadas	335	792	-471
6.01.02.04	Outros créditos	150	-19	1.252
6.01.02.05	Pagamentos dos depósitos judiciais	-152	-282	-22
6.01.02.06	Fornecedores	-497	3.319	-2.216
6.01.02.07	Obrigações sociais e trabalhistas	350	354	2.126
6.01.02.08	Impostos, taxas e contribuições a recolher	-320	479	1.452
6.01.02.09	Partes relacionadas	-438	1.662	947
6.01.02.10	Outras contas a pagar	2.362	254	1.815
6.01.02.11	Pagamento de provisão para contingências	-106	-60	0
6.01.02.12	Imposto de renda e contribuição social	-7.055	-2.047	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
6.01.02.13	Títulos e valores mobiliários	-8.842	0	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-94.756	-121.408	-236.415
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-376	-16.710	-14.033
6.02.02	Aquisição de intangível	-94.380	-104.698	-222.382
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-29.604	65.285	250.364
6.03.01	Aumento de capital	10.000	0	75.000
6.03.02	Pagamento de obrigações com Poder Concedente	-5.723	-5.258	109
6.03.03	Captação de empréstimos e financiamentos	252.096	90.996	183.436
6.03.04	Juros pagos	-27.210	-20.453	-8.181
6.03.05	Pagamento de empréstimos e financiamentos	-258.767	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-53.863	27.756	32.567
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	68.057	40.301	7.734
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	14.194	68.057	40.301

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	150.000	444	0	-24.416	0	126.028
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	150.000	444	0	-24.416	0	126.028
5.04	Transações de Capital com os Sócios	10.000	83	0	0	0	10.083
5.04.01	Aumentos de Capital	10.000	0	0	0	0	10.000
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	83	0	0	0	83
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	17.766	0	17.766
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	17.766	0	17.766
5.07	Saldos Finais	160.000	527	0	-6.650	0	153.877

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	150.000	280	0	-28.558	0	121.722
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	150.000	280	0	-28.558	0	121.722
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	164	0	0	0	164
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	164	0	0	0	164
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	4.142	0	4.142
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	4.142	0	4.142
5.07	Saldos Finais	150.000	444	0	-24.416	0	126.028

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	75.000	72	0	-20.910	0	54.162
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	75.000	72	0	-20.910	0	54.162
5.04	Transações de Capital com os Sócios	75.000	208	0	0	0	75.208
5.04.01	Aumentos de Capital	75.000	0	0	0	0	75.000
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	208	0	0	0	208
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-7.648	0	-7.648
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-7.648	0	-7.648
5.07	Saldos Finais	150.000	280	0	-28.558	0	121.722

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
7.01	Receitas	273.839	287.903	300.523
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	179.808	182.936	111.553
7.01.02	Outras Receitas	3.462	6.116	1.550
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	90.569	98.851	187.420
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-195.876	-172.091	-249.303
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-191.992	-165.127	-235.144
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-3.881	-6.964	-14.159
7.02.04	Outros	-3	0	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	77.963	115.812	51.220
7.04	Retenções	15.813	-17.781	-9.907
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	15.813	-17.781	-9.907
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	93.776	98.031	41.313
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	8.823	15.716	4.116
7.06.02	Receitas Financeiras	8.823	15.716	4.116
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	102.599	113.747	45.429
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	102.599	113.747	45.429
7.08.01	Pessoal	24.927	24.965	24.028
7.08.01.01	Remuneração Direta	18.955	19.754	20.137
7.08.01.02	Benefícios	4.843	4.258	3.160
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.129	953	731
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	24.601	18.050	6.245
7.08.02.01	Federais	15.876	9.110	793
7.08.02.03	Municipais	8.725	8.940	5.452
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	35.305	66.590	22.804
7.08.03.01	Juros	28.117	61.255	19.716
7.08.03.02	Aluguéis	3.337	4.431	2.470
7.08.03.03	Outras	3.851	904	618
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	17.766	4.142	-7.648
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	17.766	4.142	-7.648

Relatório da Administração

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2016

Senhores Acionistas

A Administração da ECO101 Concessionária de Rodovias S.A., em conformidade com as disposições estatutárias e legais, submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras, referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

Mensagem da Administração

A ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. ("ECO101") foi constituída em 22 de março de 2012, e tem por objeto social a exploração de concessão da rodoviária BR-101 ES/BA, mediante concessão federal, incluindo a exploração de receitas acessórias. Em 17 de abril de 2013, a ECO101 assinou o Contrato de Concessão para Exploração do trecho de Rodovia Federal - BR-101/ES/BA. A Companhia assumiu a concessão para administração dos 475,9 km de extensão em maio de 2013, que incluem os serviços de recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação, melhorias e exploração do trecho pelo prazo de 25 anos.

A rodovia leva a cinco importantes portos: o de Vitória e o de Tubarão, na capital, o do Açu (ainda em construção), no Rio de Janeiro, o de Ilhéus, na Bahia, e o da Barra do Riacho. A rodovia dá acesso ainda às principais praias capixabas, como as de Guarapari e Vila Velha, destino de milhões de turistas durante todo o ano.

PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as normas internacionais de contabilidade. Essas práticas são apresentadas na Nota Explicativa nº 3 das Demonstrações Financeiras.

RESULTADOS OPERACIONAIS – TRÁFEGO

O volume de tráfego em veículos equivalentes pagantes totalizou 46.209 mil em 2016, queda de 11,4%, comparado ao exercício de 2015, devido à queda da atividade industrial e da renda da população.

Em maio de 2016 foi aprovado o reajuste da tarifa de pedágio da ECO101 em 6,7%.

RESULTADOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS

RECEITA BRUTA

A receita bruta totalizou R\$273,8 milhões em 2016, redução de 4,9% devido ao decréscimo na receita de construção. As deduções sobre a receita bruta totalizaram R\$15,4 milhões.

Receita de Pedágio - redução de 1,7%, comparado com 2015, decorrente da queda no volume de tráfego.

Receita Acessória – atingiu R\$3,5 milhões comparado com R\$6,1 milhões em 2015.

Receita de Construção – redução de 8,4%, principalmente, devido ao menor nível de obras.

RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida atingiu R\$258,4 milhões em 2016, excluindo a receita de construção, a receita líquida Pro-forma foi de R\$167,9 milhões, queda de 3,1% em relação a 2015.

Relatório da Administração

Para mais informações sobre a Receita, vide nota explicativa n.º 22 da Demonstração Financeira da Companhia.

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Os custos operacionais e despesas administrativas tiveram redução de 5,0% totalizaram R\$208,3 milhões. Desconsiderando o custo de construção, provisão para manutenção, depreciação e amortização, os custos operacionais e despesas administrativas caixa atingiram R\$95,4 milhões, redução de 4,9%. As variações observadas foram:

Pessoal: R\$24,9 milhões em 2016, redução de 0,2%, quando comparado com 2015, mesmo com o reajuste salarial;

Conservação e Manutenção: R\$15,2 milhões em 2016, 10,0% inferior a 2015, devido a menores custos relacionado ao cronograma de manutenção preventiva do pavimento.

Serviços de terceiros: R\$36,4 milhões em 2016, 2,9% inferior a 2015, essa redução é devido a economias nos contratos de prestação de serviços;

Poder Concedente, Seguros, e Locações: R\$11,3 milhões em 2016, 7,5% inferior a 2015, essa redução ocorreu principalmente devido à redução de seguros e locações da "faixa de domínio";

Outros: R\$7,5 milhões em 2016, 14,2% inferior a 2015, reflete os esforços da Companhia na redução de custos e despesas como energia elétrica, água e telefonia.

Depreciação e Amortização: R\$15,8 milhões em 2016, 11,1% inferior a 2015;

Provisão para Manutenção: atingiu R\$6,6 milhões em 2016, devido ao aumento na previsão futura para manutenção e renovação dos pavimentos, dentro dos critérios estabelecidos pelas normas contábeis e à maior base de ativos; e

Custo de construção de obras: R\$90,6 milhões em 2016. Para mais informações sobre os Custos Operacionais e Despesas Administrativas, vide nota explicativa nº 23 da Demonstração Financeira da Companhia.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido foi negativo em R\$23,1 milhões, queda de 50,2% em relação aos R\$46,4 milhões negativos em 2015. Essa queda refere-se principalmente pela redução de juros sobre empréstimos.

LUCRO LÍQUIDO

O lucro líquido no exercício de 2016 atingiu R\$17,8 milhões, comparado a R\$4,1 milhões em 2015.

DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E ENDIVIDAMENTO

A ECO101 encerrou dezembro de 2016 com saldo de caixa, bancos, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários de R\$23,0 milhões. O endividamento financeiro bruto (composto por financiamentos, empréstimos e obrigações com poder concedente) atingiu R\$307,5 milhões e o endividamento financeiro líquido (dívida líquida sem considerar o saldo de credor pela concessão), de R\$283,9 milhões. A Companhia encerrou o ano com indicador de Dívida Líquida/EBITDA de 4,3x. Considerando o Endividamento financeiro líquido/EBITDA pró-forma o indicador foi de 3,9x.

Relatório da Administração

Para mais informações do endividamento da Companhia, vide notas explicativas nº 5/6/15/20 e 27 da Demonstração Financeira da Companhia.

CAPEX

Os investimentos realizados pela ECO101 totalizaram R\$94,8 milhões em 2016, com destaque para investimentos em elaborações de projetos e estudo de ampliações, pavimento, desapropriações e obras de ampliação.

Informações sobre Governança Corporativa, Gestão de Pessoas e Responsabilidade Socioambiental estão disponíveis no Relatório de Administração da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S/A., no site www.ecorodovias.com.br/ri

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2016: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 – *“Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”*). Os honorários relativos a esses trabalhos são de R\$115,5 mil. A Companhia não contratou os Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria externa.

Notas Explicativas

ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. ("ECO101" ou "Companhia") foi constituída em 22 de março de 2012, e tem por objeto social a exploração de concessão da rodoviária BR-101 ES/BA, mediante concessão federal, incluindo a exploração de receitas acessórias. A sede da Companhia fica localizada na Avenida Coronel Nunes, BR-101, Km 264, cidade de Serra - ES.

Em 17 de abril de 2013, a ECO101 assinou o Contrato de Concessão para Exploração do trecho de Rodovia Federal - BR-101/ES/BA. A Companhia assumiu a concessão para Administração dos 475,9 km de extensão em maio de 2013, que incluem os serviços de recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação, melhorias e exploração do trecho pelo prazo de 25 anos. As demais obrigações assumidas pelo contrato de concessão estão descritas na Nota Explicativa nº 20. As operações de cobrança de pedágio iniciaram em 18 de maio de 2014. As ações da Companhia não são negociadas em bolsa de valores.

A conclusão e emissão destas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 20 de fevereiro de 2017.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade e base para preparação

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; aqueles aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritos a seguir.

As demonstrações financeiras da Companhia apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior.

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em reais, a moeda do ambiente econômico da Companhia.

Notas Explicativas

ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.2. Moeda funcional de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em reais, a moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua ("Moeda funcional").

3. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados:

a) Instrumentos financeiros

i) *Ativos financeiros*

Ativos financeiros são classificados como: (i) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado; (ii) empréstimos e recebíveis; (iii) investimentos mantidos até o vencimento ou (iv) ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis e instrumentos.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende de sua classificação:

1) Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, e outros recebíveis. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A amortização do método de juros efetivos ou despesas financeiras (perdas por redução ao valor recuperável) é apresentada na conta do resultado financeiro da demonstração do resultado.

Notas Explicativas

ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

i) *Ativos financeiros*--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

2) Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

A Companhia não designou nenhum ativo financeiro a valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro é baixado principalmente quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Notas Explicativas

ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

i) *Ativos financeiros*--Continuação

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

ii) *Passivos financeiros*

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e contratos de garantia financeira.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Notas Explicativas

ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

ii) *Passivos financeiros*--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

Contratos de garantia financeira

Os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos de transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois, o maior.

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

iii) *Instrumentos financeiros - apresentação líquida*

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Até 31 de dezembro de 2016, não houve indenizações relevantes.

Notas Explicativas

ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

b) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O seguinte critério é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

c) Provisões gerais

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

d) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo foram trazidos a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de encargos financeiros em que incorre quando de suas captações, tanto para clientes quanto para fornecedores. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

Notas Explicativas

ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

e) Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos.

f) Normas, alterações e interpretações de normas

- (i) As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotados até a emissão das demonstrações financeiras da Companhia são abaixo apresentadas. A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência:

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Tem o objetivo, em última instância, de substituir a IAS 39. As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros em: custo amortizado e valor justo; e (iii) o conceito de derivativos embutidos foi extinto.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS 9 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes	O principal objetivo é fornecer princípios claros para o reconhecimento de receita e simplificar o processo de elaboração das demonstrações contábeis.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS 15 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
Alteração IFRS 10 e IAS 28 Joint Venture	Tem o objetivo de esclarecer que o ganho ou a perda resultantes da venda ou contribuição de ativos que constituem um negócio, conforme definido na IFRS 3, entre um investidor e sua associada ou joint venture, são reconhecidos(as) na íntegra.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos da alteração dos IFRS 10 e IAS 28 e entende que sua adoção não provocará impacto em suas demonstrações financeiras.
Alteração IAS 7 (vigência a partir de 01/01/2017)	Tem o objetivo divulgar informações aos usuários para que possam avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos da alteração do IAS 7 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante em suas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

f) Normas, alterações e interpretações de normas--Continuação

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
Alteração IAS 12 (vigência a partir de 01/01/2017)	Tem o objetivo esclarecer que uma entidade deve considerar se a legislação fiscal restringe as fontes de lucros tributáveis contra as quais ela poderá fazer deduções sobre a reversão dessa diferença temporária dedutível.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos da alteração do IAS 12 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
Alteração IFRS 2 (vigência a partir de 01/01/2017)	Tem o objetivo esclarecer sobre a classificação e mensuração de transações com pagamentos baseados em ações.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos da alteração do IFRS 2 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
IFRS 16 - Arrendamento (vigência a partir de 01/01/2019)	A nova norma estabelece os princípios, tanto para o cliente (o locatário) e o fornecedor (locador), sobre o fornecimento de informações relevantes acerca das locações de maneira que seja demonstrado nas demonstrações financeiras, de forma clara, as operações de arrendamento mercantil. Para atingir esse objetivo, o locatário é obrigado a reconhecer os ativos e passivos resultantes de um contrato de arrendamento.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS 16 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.

4. Principais uso de estimativas e julgamento

A Administração da Companhia estabelece estimativas e premissas com relação a eventos no futuro. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir:

- Taxa de desconto: a determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos;
- Taxa de amortização: a determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego; e
- Provisões: a determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos.

Notas Explicativas

ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais usos de estimativas e julgamento--Continuação

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização do Contrato de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerado no Contrato de Concessão.

Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível.

Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente dos contratos de concessão limitado ao prazo final da concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão. A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego na rodovia sob sua concessão.

Notas Explicativas

ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais usos de estimativas e julgamento--Continuação

Determinação das receitas de construção

A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o ICPC (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) 01, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, a mesma realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do poder concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa que efetua os serviços de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção.

Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos

A Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- (a) Provisão para manutenção, para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia, e provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos, para fazer frente às respectivas obrigações (estimada para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto, de 11,52% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na média ponderada das captações.
- (b) Obrigações com Poder Concedente decorrentes das obrigações incorridas pela Companhia relacionadas ao direito de outorga. A mensuração e os critérios dos respectivos valores estão detalhados na Nota Explicativa nº 20.

Notas Explicativas

ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

5. Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Caixa e bancos	4.197	2.735
Aplicações financeiras:		
Fundo de investimento (a)	9.172	63.169
Aplicações compromissadas (b)	730	1.102
Aplicações automáticas compromissadas (c)	95	1.051
	<u>14.194</u>	<u>68.057</u>

- (a) Fundo de investimento, que se enquadra na categoria "Renda fixa - crédito privado", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda significativa de valor.

O Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro de 2016 a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 30,3% em Certificado de Depósito Bancário, 60,8% em Operações Compromissadas, 3,9% em Letra Financeira e 5,0% em Títulos Públicos.

As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remunerados à taxa de 100,7% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

- (b) Os recursos vinculados às aplicações financeiras compromissadas são remuneradas à taxa de 90,0% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), sem o risco de mudança significativa de valor. A referida aplicação possui liquidez imediata e por estarem vinculadas a aplicações compromissadas não geram custos de IOF e são realizadas quando há necessidade de utilização de recursos em prazos inferiores há 30 dias.
- (c) A Companhia possui aplicação financeira no Itaú Unibanco, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 10% a 20% do CDI, o grupo mantém apenas saldo mínimo nesta modalidade, e diariamente o volume excedente são alocados em aplicações mais rentáveis, mantendo esta modalidade com a taxa média de 10,0% do CDI (aplicações com permanência entre 1 e 14 dias), sem o risco de mudança significativa do valor.

Notas Explicativas

ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

6. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são investimentos temporários, representados por títulos de alta liquidez:

	<u>31/12/2016</u>
Fundo de Investimentos (a)	<u>8.842</u>
	<u>8.842</u>
Circulante	2.199
Não circulante	6.643

- (a) Os Fundos de Investimentos são remunerados à taxa média ponderada de 97,8% do CDI e reflete as condições de mercado nas datas dos balanços. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como títulos e valores mobiliários - vinculados por estarem vinculadas ao processo de liquidação das debêntures e financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES da Companhia como garantia de recursos de pagamento de juros e principal BNDES e Debêntures.

7. Clientes

Representados por pedágio eletrônico, cupons e faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

A composição está assim representada:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Pedágio eletrônico	9.002	8.503
Cupons de pedágio	1.396	829
Receitas acessórias	2	3.468
	<u>10.400</u>	<u>12.800</u>

Não existem títulos vencidos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

8. Despesas antecipadas

O saldo de R\$736 classificado no ativo circulante, (R\$1.071 em 31 de dezembro de 2015), refere-se, substancialmente, a prêmios de seguros a apropriar. Detalhes adicionais estão descritos na Nota Explicativa nº 29.

Notas Explicativas

ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

9. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

O resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, não terá efeito adverso relevante nas condições financeiras ou nos negócios da Companhia.

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Saldo no início do exercício	270	22
Adições	152	282
Baixas	(31)	(57)
Atualização monetária	46	23
Saldo no fim do exercício	<u>437</u>	<u>270</u>

Notas Explicativas

ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10. ImobilizadoPolítica contábil

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é registrado na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas médias de depreciação para cada grupo de ativo.

Taxas médias anuais de depreciação %	Custo					Depreciação					Residual	
	Saldos em 31/12/2014	Adições	Baixas	Transferências	Saldos em 31/12/2015	Saldos em 31/12/2015	Adições	Transf.	Saldos em 31/12/2015	Saldos em 31/12/2015	31/12/2015	31/12/2014
21,3	21.675	6.262	-	-	27.937	(4.430)	(5.288)	-	(9.718)	18.219	17.245	
6,9	796	9.041	-	-	9.837	(32)	(365)	-	(397)	9.440	764	
12,2	1.767	380	-	-	2.147	(274)	(238)	79	(433)	1.714	1.493	
-	423	545	-	-	968	-	-	-	-	968	423	
12,6	733	482	(74)	5	1.146	(143)	(114)	-	(257)	889	590	
	25.394	16.710	(74)	5	42.035	(4.879)	(6.005)	79	(10.805)	31.230	20.515	

Taxas médias anuais de depreciação %	Custo					Depreciação					Residual	
	Saldos em 31/12/2015	Adições	Baixas	Transferências	Saldos em 31/12/2016	Saldos em 31/12/2015	Adições	Transf.	Saldos em 31/12/2016	Saldos em 31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015
20,2	27.937	168	-	(3)	28.102	(9.718)	(5.652)	-	(15.370)	12.732	18.219	
5,6	9.837	77	-	2	9.916	(397)	(557)	-	(954)	8.962	9.440	
11,0	2.147	130	-	(354)	1.923	(433)	(204)	154	(483)	1.440	1.714	
-	968	-	-	-	968	-	-	-	-	968	968	
17,9	1.146	1	-	-	1.147	(257)	(205)	-	(462)	685	889	
	42.035	376	-	(355)	42.056	(10.805)	(6.618)	154	(17.269)	24.787	31.230	

Notas Explicativas

ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imobilizado--Continuação

Política contábil--Continuação

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia de empréstimos ou de processos de qualquer natureza, bem como não foram capitalizados encargos financeiros nos respectivos exercícios.

A administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil - econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil - econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia.

11. Intangível

Política contábil

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem a infraestrutura rodoviária, o direito de outorga e outros.

Notas Explicativas

ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

11. Intangível--ContinuaçãoPolítica contábil--Continuação

	Taxas médias anuais de amortização %	Custo						Amortização						Residual
		Saldos em 31/12/2014		Saldos em 31/12/2015		Saldos em 31/12/2016		Saldos em 31/12/2015		Saldos em 31/12/2016		Saldos em 31/12/2017		
		Adições	Baixas	Transf.		Adições	Baixas	Transf.		Adições	Baixas	Transf.		
Contrato de concessão	(*)	250.361	101.647	(173)	8.011	359.846	(5.890)	25	(79)	(17.466)	342.380	244.471		
Intangível em andamento	-	5.144	2.915	-	(8.016)	43	-	-	-	43	43	5.144		
Softwares de terceiros	19,3	1.249	136	-	-	1.385	(301)	(254)	-	(555)	830	948		
		<u>256.754</u>	<u>104.698</u>	<u>(173)</u>	<u>(5)</u>	<u>361.274</u>	<u>(6.191)</u>	<u>25</u>	<u>(79)</u>	<u>(18.021)</u>	<u>343.253</u>	<u>250.563</u>		

	Taxas médias anuais de amortização %	Custo						Amortização						Residual
		Saldos em 31/12/2015		Saldos em 31/12/2016		Saldos em 31/12/2017		Saldos em 31/12/2016		Saldos em 31/12/2017		Saldos em 31/12/2018		
		Adições	Baixas	Transf.		Adições	Baixas	Transf.		Adições	Baixas	Transf.		
Contrato de concessão	(*)	359.846	8.338	-	-	368.184	(17.466)	(8.808)	-	(26.274)	341.910	342.380		
Intangível em andamento	-	43	85.736	(120)	-	85.659	-	-	-	85.659	85.659	43		
Softwares de terceiros	20,4	1.385	306	-	355	2.046	(555)	(387)	(154)	(1.096)	950	830		
		<u>361.274</u>	<u>94.380</u>	<u>(120)</u>	<u>355</u>	<u>455.889</u>	<u>(18.021)</u>	<u>(9.195)</u>	<u>(154)</u>	<u>(27.370)</u>	<u>428.519</u>	<u>343.253</u>		

(*) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado, através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, pois esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A taxa média de amortização em 31 de dezembro de 2016 e de 2,42% (3,73% em 31 de dezembro de 2015).

Notas Explicativas

ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12. Imposto de renda e contribuição social

Política contábil--Continuação

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final em cada data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado.

O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

a) *Tributos diferidos*

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

Notas Explicativas**ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12. Imposto de renda e contribuição social--ContinuaçãoPolítica contábil--Continuaçãoa) *Tributos diferidos*

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando-se a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	Balço patrimonial			Resultado	
	31/12/2015	Adições	Baixas	31/12/2016	31/12/2016
Prejuízo fiscal	12.177	397	(3.688)	8.886	(3.291)
Provisão para férias e encargos diretores	169	64	(30)	203	34
Juros capitalizados Lei nº 11.637	-	(1.151)	-	(1.151)	(1.151)
Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa - PECLD	-	74	(74)	-	-
Provisão para perdas cíveis e trabalhistas	28	107	-	135	107
Provisão para manutenção	1.399	2.633	-	4.032	2.633
Imposto de renda e contribuição social diferido - ativo/(passivo)	13.773	2.124	(3.792)	12.105	(1.668)
Receita (despesa) de Imposto de renda e contribuição social diferido					
Reconciliação ativo/(passivo)					
Saldo em 31 de dezembro de 2015	13.773				
Receita de imposto de renda reconhecido no resultado		(1.668)			
Saldo em 31 de dezembro de 2016		12.105			

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não circulantes serão realizados nos seguintes anos:

	31/12/2016	31/12/2015
2016	-	4.842
2017	5.250	8.091
2018	5.048	840
2019	602	-
A partir de 2020	1.205	-
	12.105	13.773

A Administração preparou estudo acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações.

Notas Explicativas**ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12. Imposto de renda e contribuição social--ContinuaçãoPolítica contábil--Continuação*b) Conciliação da (despesa) de imposto de renda e contribuição social*

Foram registrados no resultado dos exercícios os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	26.953	6.351
Alíquota	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	(9.164)	(2.159)
Despesas indedutíveis	(25)	(47)
Gratificações diretores	(153)	(126)
Incentivos fiscais - PAT	135	41
Outros	20	82
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(9.187)	(2.209)
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(7.519)	(2.253)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	(1.668)	44
Taxa efetiva	34,1	34,7%

c) Imposto de renda e contribuição social pagos

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Saldo inicial provisão IR/CS	206	-
Despesa IR/CS corrente DRE	7.519	2.253
Total IR/CS pagos no exercício	(7.055)	(2.047)
Saldo final provisão IR/CS	670	206

13. Tributos a recuperar

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	203	513
	203	513

Notas Explicativas**ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

14. Impostos, taxas e contribuições a recolher

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
COFINS	517	686
PIS	111	147
ISS	727	784
INSS fonte	279	357
ISS fonte	322	295
PIS/COFINS/CSLL s/ prest. serv.	400	250
Outros impostos	22	179
	<u>2.378</u>	<u>2.698</u>

15. Empréstimos e financiamentos

<u>Credor</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>Taxa média de juros</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
		UMBNDDES+4,05% a.a.		
Em moeda nacional - BNDES	Maio de 2016		-	113.633
Em moeda nacional - BNDES	Abril de 2016	TJLP + 4,05% a.a.	-	141.458
Em moeda nacional - BNDES	Abril de 2016	TJLP462 + 4,05% a.a.	-	60.649
		UMSELIC + 4,87% a.a.		
Em moeda nacional - BNDES	Abril de 2017		55.402	-
Em moeda nacional - BNDES	Junho de 2030	TJLP + 3,84% a.a.	185.271	-
Em moeda nacional - BNDES	Junho de 2030	TJLP + 3,84% a.a.	66.020	-
Em moeda nacional - Banco Volkswagen	Dezembro de 2019	21,27% a.a.	278	-
			<u>306.971</u>	<u>315.740</u>
			65.170	315.740
Circulante			241.801	-
Não circulante				

Os vencimentos das parcelas não circulante tem a seguinte distribuição:

	<u>31/12/2016</u>
2018	12.605
2019	13.904
2020	15.099
2021	16.605
Posteriores a 2021	183.588
	<u>241.801</u>

Notas Explicativas**ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

15. Empréstimos e financiamentos--Continuação

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Saldo inicial	315.740	193.599
Adições	252.096	90.996
Pagamento principal	(258.767)	-
Juros pagos	(27.210)	(20.453)
Encargos financeiros	25.112	51.598
Saldo final	<u>306.971</u>	<u>315.740</u>

O contrato requer a manutenção dos seguintes índices financeiros: (i) a razão entre patrimônio líquido e o passivo total deve ser superior a 20%; (ii) a razão entre a dívida líquida e o "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA" ajustado deve ser menor ou igual a 3,00 pontos, com base nas informações consolidadas da controladora EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. O contrato também possui aval da controladora. A Companhia apresenta a seguir, o demonstrativo dos cálculos dos índices financeiros em 31 de dezembro de 2016:

<u>Índices financeiros</u>	<u>Exigido</u>	<u>Medido (*)</u>
(i) PL/passivo total	> 20%	20,46%
(ii) Dívida líquida/EBITDA ajustado	< 3,00	3,51(**)

(*) Índice não auditado pelos auditores independentes.

(**) O não cumprimento dos covenants está amparado até 31 de dezembro de 2016 por waiver do BNDES

Os subcréditos e liberações efetuadas são como segue:

<u>Subcrédito</u>	<u>Total</u>	<u>Liberado</u>	<u>Amortização</u>	<u>Parcelas</u>
A	188.473	188.473	2.006	150 parcelas
B1	66.237	66.237	-	150 parcelas
B2	52.483	-	-	150 parcelas
B3	117.799	-	-	150 parcelas
B4	28.388	-	-	150 parcelas
B5	22.493	-	-	150 parcelas
B6	50.485	-	-	150 parcelas
C1	54.165	-	-	150 parcelas
C2	28.231	-	-	150 parcelas
C3	99.159	-	-	150 parcelas
C4	50.671	-	-	150 parcelas
C5	26.409	-	-	150 parcelas
C6	92.762	-	-	150 parcelas
C-SOCIAL	4.389	-	-	150 parcelas
C- PRORROGADO	50.878	50.878	-	parcela única
Total	<u>933.022</u>	<u>305.588</u>	<u>2.006</u>	

Notas Explicativas

ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

16. Obrigações sociais e trabalhistas

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Salários e outras obrigações a pagar	2.054	1.811
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a recolher	387	323
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) a recolher	108	103
IRRF a recolher	159	126
Encargos sobre provisões de férias e 13º a recolher	465	448
Provisão de férias	1.205	1.217
	<u>4.378</u>	<u>4.028</u>

17. Partes relacionadas

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário, e serviços de consultoria.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar a celebração de contratos entre a Companhia e qualquer um de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus acionistas controladores, sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e analisará sua adequação às condições e práticas de mercado (*arm's length basis*)

Notas Explicativas**ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

17. Partes relacionadas--Continuação

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Companhia	Natureza	Ativo	Passivo
		Intangível	Contas a pagar
Circulante			
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	Controladora		490
	Outras partes relacionadas	991	35
TB Transportadora Betumes Ltda. (b)	Outras partes relacionadas	7.237	433
CBB Ind. e Com. de Asfaltos e Engh. Ltda. (b)	Outras partes relacionadas	6.774	484
Engenharia e Constr. Araribóia (f)	Outras partes relacionadas	1.567	156
Incospal Construções Pré-Fabricadas Ltda. (e)	Outras partes relacionadas	-	437
Unimar Transportes Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	-	472
Vix Logística S.A. (d)	Outras partes relacionadas	7.293	688
Contek Engenharia S.A. (g)	Outras partes relacionadas	23.862	3.195
Total em 31 de dezembro de 2016		13.121	3.633
Total em 31 de dezembro de 2015			
		Custo dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas
Demonstração do resultado			
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	Controladora direta	4.711	1.895
	Outras partes relacionadas	5.713	-
Unimar Transportes Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	6.183	-
Vix Logística S.A. (d)	Outras partes relacionadas	16.607	1.895
Total em 31 de dezembro de 2016		11.364	3.472
Total em 31 de dezembro de 2015			

(a) A EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de R\$6.770, com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano.

(b) CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda., formada pelos acionistas da parte relacionada C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A., prestam serviços no fornecimento e transporte de material asfáltico à Companhia. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Companhia e a CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda. é de R\$55.382. O prazo para execução destes serviços é dezembro de 2017. Em 31 de dezembro de 2016 há um saldo a pagar no total de R\$468, com vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.

Notas Explicativas

ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

17. Partes relacionadas--Continuação

- (c) A Unimar Transportes Ltda. ("Unimar") é parte relacionada da Centaurus Participações, que possui 27,5% de participação no capital social da Companhia. O objeto do contrato entre a Unimar e a Companhia é de resgate e socorro mecânico a veículos dentro do sistema rodoviário administrado pela concessionária e a locação dos veículos para tal prestação. O valor total desse contrato é de R\$23.749 e vigência até novembro de 2018. Em 31 de dezembro de 2016 já havia incorrido o montante de R\$16.253 em serviços prestados. Em 31 de dezembro de 2016 o saldo em aberto a pagar é de R\$437.
- (d) A Vix Logística S.A. ("Vix") é parte relacionada da Centaurus Participações, que possui 27,5% de participação no capital social da Companhia. O objeto do contrato entre a Vix e a Companhia é de resgate e socorro mecânico a veículos dentro do sistema rodoviário administrado pela concessionária e a locação dos veículos para tal prestação. O valor total desse contrato é de R\$25.461 e vigência até novembro de 2018. Em 31 de dezembro de 2016 já havia incorrido o montante de R\$17.646 em serviços prestados. O saldo em aberto de serviços já realizados é de R\$472 têm o vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidos garantias aos credores.
- (e) A Incospal Construções Pré-fabricadas S.A. presta serviços de fornecimento e implantação, transporte e montagem de peças pré-fabricadas para praças de pedágio ao longo da BR-101/ES. O preço global firmado para execução dos serviços contratados é de R\$3.195. O prazo para execução desses serviços foi em julho de 2016. Em 31 de dezembro de 2016 já havia incorrido o montante R\$3.112 e o saldo a pagar em 31 de dezembro de 2016 é de R\$156.
- (f) A Engenharia e Construtora Araribóia Ltda. é parte relacionada da Centaurus Participações S.A., que possui 27,5% de participação no capital social da controlada Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. O objeto do contrato entre a Araribóia e a Eco101 é de prestação de serviços de reparos localizados para recuperação de pavimento da BR-101 no trecho sob administração da Concessionária. O prazo para execução desses serviços foi em 30 de abril de 2016. O valor total do contrato é de R\$12.628, sendo que até 31 de dezembro de 2016 foi incorrido o montante de R\$12.343. O saldo em aberto em 31 de dezembro de 2016 é R\$484.
- (g) A Contek Engenharia S.A., presta serviços de infra- estrutura como: obras viárias, obras de artes especiais, pavimentação entre outros. O saldo em aberto a pagar em 31 de dezembro de 2016 é R\$688.

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia, direta ou indiretamente.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 de 2015, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2016 em R\$1.108 (R\$1.071 em 31 de dezembro de 2015).

Notas Explicativas**ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

17. Partes relacionadas--ContinuaçãoRemuneração dos administradores--Continuação

A Administração da Companhia convocará AGO dentro dos primeiros quatro meses do ano de 2017, para entre outras coisas, deliberar sobre a remuneração dos administradores para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2017. Adicionalmente, na mesma AGO, a Administração proporá aos acionistas a retificação do valor da remuneração global anual dos administradores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 para R\$1.156, o qual foi efetivamente pago e refletido nas demonstrações financeiras. A diferença entre o valor aprovado e o efetivamente pago ocorreu em virtude do pagamento de remuneração adicional de performance.

A remuneração paga aos administradores nos exercícios está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Remuneração (fixa/variável)	995	960
Previdência privada	24	21
Plano de opção com base em ações (Vide Nota Explicativa nº 20.e)	83	164
Remun. Baseada em ações (Phantom Stock Option/Restricted Stock)	54	27
	<u>1.156</u>	<u>1.172</u>

18. Provisão para manutenção

Os valores registrados como provisão referem-se à manutenção do sistema rodoviário, a ser realizada durante o período da concessão, ajustados a valor presente com a taxa de 11,52% ao ano, correspondente à taxa média ponderada das captações de empréstimos. Os valores são provisionados por trecho e as intervenções ocorrem, em média, a cada seis anos. A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2014</u>	<u>Adição</u>	<u>Pagamento</u>	<u>Efeito financeiro</u>	<u>31/12/2015</u>
Constituição da provisão para manutenção	2.824	6.374	-	-	9.198
Efeito do valor presente sobre a constituição	(1.266)	(4.052)	-	-	(5.318)
Ajuste a valor presente das realizações	-	-	-	235	235
	<u>1.558</u>	<u>2.322</u>	<u>-</u>	<u>235</u>	<u>4.115</u>
Não circulante	1.558				4.115

Notas Explicativas**ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

18. Provisão para manutenção--Continuação

	31/12/2015	Adição	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2016
Constituição da provisão para manutenção	9.198	10.006	-	-	19.204
Efeito do valor presente sobre a constituição	(5.318)	(3.416)	-	-	(8.734)
Ajuste a valor presente das realizações	235	-	-	1.158	1.393
	4.115	6.590	-	1.158	11.863
Não circulante	4.115				11.863

19. Provisão para perdas cíveis e trabalhistasPolítica contábil

A Companhia faz parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2015	-	-	-
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	135	-	135
(-) Pagamentos	(60)	-	(60)
(+) Atualização monetária	6	-	6
Saldos em 31 de dezembro de 2015	81	-	81
	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2016	81	-	81
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	248	44	292
(-) Pagamentos	(69)	(37)	(106)
(+) Atualização monetária	122	6	128
Saldos em 31 de dezembro de 2016	382	13	395

a) *Processos cíveis*

A Companhia possui processos de natureza cível, que totalizam R\$44.056 em 31 de dezembro de 2016 (R\$3.927 em 31 de dezembro de 2015), avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

Notas Explicativas

ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

19. Provisão para perdas cíveis e trabalhistas--Continuação

Política contábil--Continuação

b) *Processos trabalhistas*

Em 31 de dezembro de 2016, existem processos de natureza trabalhista que totalizam R\$11.384 (R\$3.968 em 31 de dezembro de 2015), que foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

c) *Processos tributários*

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 não existem processos de natureza tributária, os quais foram avaliados como perdas possíveis ou prováveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

20. Obrigações com poder concedente

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Taxa de fiscalização ANTT	<u>496</u>	<u>453</u>

A Companhia assumiu compromisso decorrente da concessão referente a Taxa de fiscalização: o valor anual a título de verba de fiscalização consistirá num montante de R\$3.722 divididos em 12 parcelas e deverá ser recolhido em favor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido. A verba será reajustada anualmente, na mesma data e percentuais dos reajustes da tarifa de pedágio.

A movimentação está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Saldo inicial	453	419
Custo (vide Nota Explicativa nº 23)	5.766	5.292
Pagamento	(5.723)	(5.258)
Saldo final	<u>496</u>	<u>453</u>

A Companhia estima o montante relacionado a seguir, em 31 de dezembro de 2016, a cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final do contrato de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificadas.

Notas Explicativas

ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Notas Explicativas

ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

20. Obrigações com poder concedente

Natureza dos custos	31/12/2016 Previsão de 2017-2038	31/12/2015 Previsão de 2016-2038
Melhorias na infraestrutura	1.698.843	1.682.178
Conservação especial (manutenção)	546.496	514.606
Equipamentos	334.482	317.588

21. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2016 é de R\$160.000 e em 31 de dezembro de 2015 é de R\$150.000, representado por 160.000.100 e 150.000.100 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal respectivamente.

Em 09 de novembro de 2016 foi deliberado o aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), mediante a emissão, nesta data, de 10.000.000 (dez milhões) de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação.

b) Capital autorizado

Conforme o artigo 5º do Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social em até 160.000.100 ações ordinárias, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para a emissão e o período do direito de preferência.

c) Reserva de lucros - legal

Constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social. Em virtude dos prejuízos acumulados até 31 de dezembro de 2016 e de 2015 não há constituição de Reserva Legal.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 não foram distribuídos valores a título de dividendos e juros sobre o capital próprio.

Notas Explicativas

ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

21. Patrimônio líquido--Continuação

e) Reserva de capital - plano de opção com base em ações

Conforme deliberado em AGE da controladora direta Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A., datada em 31 de agosto de 2010, foi aprovado um Plano Geral para Outorga de Opção de Compra de Ações aos diretores e empregados do Grupo Ecorodovias. O Conselho de Administração da Ecorodovias Infraestrutura é o responsável por definir e administrar o referido plano.

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com os Administradores baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais da data da sua outorga. Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza um especialista de precificação externo, o qual utiliza um método de valorização apropriado.

O custo com transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido como “despesa de pessoal”, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do período em que a performance e/ou condição de serviço são cumpridos, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição).

O efeito da diluição das opções em aberto é refletido como diluição de ação adicional no cálculo do resultado por ação diluído, sendo esta diluição aplicável para controladora indireta Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A., responsável pela outorga do plano.

O plano de opção com base em ações, emitido em 2010, tem como objetivo permitir que os beneficiários se tornem acionistas da controladora EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. de maneira que atuem de forma direta e ativa na busca por resultados positivos. São elegíveis para participar membros do Conselho de Administração, diretores da EcoRodovias Infraestrutura e de suas controladas e empregados-chave que não sejam administradores estatutários, incluindo aqueles das controladas da EcoRodovias Infraestrutura S.A.

A outorga de opções deve respeitar o limite máximo de até 2% de ações ordinárias do capital social efetivamente emitidas pela EcoRodovias Infraestrutura, ações estas que deverão ser apenas ações em tesouraria.

O preço das opções corresponderá ao valor da ação da EcoRodovias Infraestrutura, atualizado monetariamente pelo IPCA ou por outro índice de base de apuração equivalente que seja escolhido pela Assembleia Geral da Companhia da EcoRodovias Infraestrutura.

Notas Explicativas**ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

21. Patrimônio líquido--Continuaçãoe) Reserva de capital - plano de opção com base em ações--Continuação

A Companhia reconhece no resultado, durante o exercício de prestação dos serviços, o prazo de carência e o custo com a remuneração aos beneficiários com base no valor justo das opções na data da outorga, utilizando o modelo Black-Scholes para a precificação do valor justo das opções. Em 31 de dezembro de 2016, foi registrado na rubrica "Plano de opções com base em ações" o valor de R\$83 (R\$164 em 31 de dezembro de 2015).

A EcoRodovias Infraestrutura efetuará a liquidação desse plano de opção com base em ações entregando ações de sua própria emissão que serão mantidas em tesouraria até o efetivo período das ações por parte dos beneficiários.

O Conselho de Administração disponibilizou 262.700 ações ordinárias para esse plano, como segue:

Data	1º outorga	2º outorga	3º outorga	4º outorga	5º outorga
	31/08/2010	22/03/2011	25/04/2012	25/04/2013	28/04/2014
Quantidade de opções de ações	-	28.516	30.587	64.754	138.843
Preço de período - R\$ por ação	9,95	13,06	13,58	17,51	12,18
Índice de reajuste	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA

As variações nas quantidades de opções de compra de ações estão apresentadas a seguir:

	1º outorga	2º outorga	3º outorga	4º outorga	5º outorga	Total
Em 31 de dezembro de 2010	-	-	-	-	-	-
Outorgadas	-	28.516	-	-	-	28.516
Em 31 de dezembro de 2011	-	28.516	-	-	-	28.516
Exercidas	-	(7.129)	-	-	-	(7.129)
Outorgadas	-	-	30.587	-	-	30.587
Em 31 de dezembro de 2012	-	21.387	30.587	-	-	51.974
Outorgadas	-	-	-	64.754	-	64.754
Em 31 de dezembro de 2013	-	21.387	30.587	64.754	-	116.728
Outorgadas	-	-	-	-	138.843	138.843
Em 31 de dezembro de 2014	-	21.387	30.587	64.754	138.843	255.571
Outorgadas	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2015	-	21.387	30.587	64.754	138.843	255.571
Outorgadas	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2016	-	21.387	30.587	64.754	138.843	255.571

Notas Explicativas

ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

21. Patrimônio líquido--Continuação

e) Reserva de capital - plano de opção com base em ações--Continuação

A aquisição do direito ao exercício da opção ocorrerá na forma e nos prazos apresentados a seguir:

Ano	Preço médio do período por ação em R\$	Quantidade de ações	Valor justo médio da opção em R\$	Total	Prazo para exercer
2016	18,70	58.545	2,67	157	11 meses
2017	18,71	50.900	3,16	161	23 meses
2018	14,81	34.713	2,10	73	35 meses
		144.158	2,64	391	

22. Receita líquida

Política contábil

Receitas

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos, e o resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

- As receitas de pedágio, reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio.
- As receitas decorrentes de vendas antecipadas de cupons de pedágio são contabilizadas como "Receitas antecipadas", no passivo circulante, na rubrica "Outras contas a pagar", sendo apropriadas como receitas ao resultado do exercício à medida que os usuários passam pela praça de pedágio.
- A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou de construção são reconhecidas no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.

Notas Explicativas**ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

22. Receita líquida--ContinuaçãoPolítica contábil--Continuação*Imposto sobre vendas*

Receitas e despesas são reconhecidas líquidas dos tributos sobre vendas, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, isso ocorrerá quando os impostos sobre vendas são reconhecidos como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesas conforme o caso; e quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

Quando o valor líquido dos impostos sobre as vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Receita com arrecadação de pedágio (a):		
Pedágio em numerário	82.961	83.715
Pedágio por equipamento eletrônico	85.959	87.136
Vale-pedágio	10.885	12.080
Outras	3	5
	179.808	182.936
Receita de construção (c)	90.569	98.851
Receitas acessórias (b)	3.462	6.116
Receita bruta	273.839	287.903
Deduções da receita bruta	(15.414)	(15.841)
Receita líquida	258.425	272.062

Sobre a receita de construção não há incidência de impostos sobre o faturamento. Segue tabela com receitas tributáveis para análise adequada das deduções da receita.

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
<u>Base de cálculo dos impostos</u>		
Receitas com arrecadação de pedágio	179.808	182.936
Receitas acessórias	3.462	6.116
	183.270	189.052
<u>Deduções</u>		
COFINS (3%)	(5.498)	(5.672)
PIS (0,65%)	(1.191)	(1.229)
ISS (2% a 5%)	(8.725)	(8.940)
	(15.414)	(15.841)

Notas Explicativas**ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

23. Custos e despesas operacionais - por natureza

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Pessoal	24.927	24.965
Conservação e manutenção	15.194	16.882
Serviços de terceiros (*)	36.440	37.519
Seguros (vide Nota Explicativa nº 29)	2.235	2.536
Poder Concedente (vide Nota Explicativa nº20)	5.766	5.292
Provisão para manutenção	6.590	2.322
Custos de construção de obras	90.569	98.851
Depreciações e amortizações	15.813	17.781
Locação de imóveis e máquinas	3.337	4.431
Outros custos e despesas operacionais	7.453	8.689
	<u>208.324</u>	<u>219.268</u>
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	200.166	208.165
Despesas gerais e administrativas	8.158	11.103
	<u>208.324</u>	<u>219.268</u>

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza, resgate e remoção e outros.

24. Resultado financeiro

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	5.715	5.978
Variação cambial/monetária sobre empréstimos e financiamentos	3.005	9.657
Atual. monetária ativa	92	79
Outras	11	2
	<u>8.823</u>	<u>15.716</u>
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(28.117)	(61.255)
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção	(1.158)	(235)
Atual. monetária obrigações fiscais	(128)	-
Outras	(2.565)	(669)
	<u>(31.968)</u>	<u>(62.159)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(23.145)</u>	<u>(46.443)</u>

Notas Explicativas

ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

25. Lucro por ação

a) Lucro básico por ação

O lucro básico e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usada no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Lucro do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	17.766	4.142
Média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	151.429	150.000
Lucro básico por ação das operações continuadas	<u>0,12</u>	<u>0,03</u>

b) Lucro diluído por ação

A Companhia não possui dívida conversível em ações e não efetua diluição pelo plano de opção de ações, divulgada na Nota Explicativa nº 21e, pois o plano de opção é da controladora EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

26. Participação nos Lucros e Resultados (PLR)

A Companhia tem como política a distribuição de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) aos seus funcionários vinculada a um plano de metas e objetivos específicos, que são estabelecidos e pagos em conformidade com o acordo coletivo de trabalho com o sindicato da categoria. Em 31 de dezembro de 2016, a PLR foi de R\$1.462 (R\$1.294 em 31 de dezembro de 2015), a qual foi apropriada ao resultado nas rubricas "Custo dos serviços prestados" e "Despesas gerais e administrativas".

Notas Explicativas

ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

27. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

Gestão de capital

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital, para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

Índices de endividamento

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Dívida (i)	307.467	316.193
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	(23.036)	(68.057)
Dívida líquida	284.431	248.136
Patrimônio líquido (ii)	153.877	126.028
Índice de endividamento líquido	1,85	1,97

(i) A dívida é definida pelos empréstimos e financiamentos e obrigações com Poder Concedente circulante (Nota Explicativa nºs 15 e 20).

(ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como empréstimos e recebíveis.
- Aplicações financeiras: são formadas por fundos de investimentos e renda fixa, remunerados a taxa média ponderada de 98,9% do CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços.
- Clientes e fornecedores: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.

Notas Explicativas

ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

27. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

Gestão de capital--Continuação

Considerações gerais--Continuação

- Empréstimos e financiamentos e obrigações com o poder concedente: classificados como outros passivos financeiros; portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.

Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2016 são como segue:

	Classificação	Contábil	Mercado
Ativos			
Caixa e bancos (ii)	Empréstimos e recebíveis	4.197	4.197
Clientes (i)	Empréstimos e recebíveis	10.400	10.400
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários (ii)	Empréstimos e recebíveis	18.839	18.839
Passivos:			
Fornecedores (i)	Outros passivos financeiros	9.333	9.333
Empréstimos e financiamentos (iii)	Outros passivos financeiros	306.971	306.971
Obrigações com Poder Concedente	Outros passivos financeiros	496	496
Phantom Stock Option (iv)	Outros passivos financeiros	110	110

- (i) Os saldos de clientes e fornecedores possuem prazo de vencimento em até 45 dias, portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.
- (ii) Os saldos de caixa e aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários aproximam-se do valor justo na data do balanço.
- (iii) Os empréstimos e financiamentos aproximam-se do valor justo na data do balanço.
- (iv) O valor do phantom stock option está registrado na rubrica obrigações sociais e trabalhistas.

Gestão de riscos

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos, os quais são resumidos abaixo:

a) *Risco de mercado*

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco da taxa de cambio e o risco da taxa de juros.

Notas Explicativas

ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

27. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

Gestão de riscos--Continuação

b) *Risco de taxa de juros*

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas.

A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

c) *Risco de crédito*

Instrumentos financeiros, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa, equivalentes de caixa e clientes.

A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$8.878 (R\$8.460 em 31 de dezembro de 2015), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Clientes".

d) *Risco de liquidez*

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura, que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora indireta gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Notas Explicativas**ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

27. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--ContinuaçãoGestão de riscos--Continuaçãod) *Risco de liquidez--Continuação*

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
BNDES	TJLP + 3,84% a.a.	32.362	35.139	35.139	329.961
BNDES	UMSELIC + 4,87% a.a.	55.937	-	-	-
Leasing	21,27% a.a.	122	122	122	-

Análise de sensibilidade*Risco de variação nas taxas de juros*

A análise de sensibilidade é determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do exercício. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo o valor do passivo em aberto no fim do exercício.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, do IPCA e do TJLP, principais indicadores das debêntures contratados pela Companhia:

Operação	Risco	Juros a incorrer (*)		
		Cenário I - provável	Cenário II - - 25%	Cenário III - 50%
Juros sobre aplicações financeiras	Baixa do CDI	811	609	406
BNDES	Alta do TJLP	(23.557)	(29.447)	(35.336)
BNDES	Alta da UMSELIC	(661)	(826)	(991)
		<u>(23.407)</u>	<u>(29.664)</u>	<u>(35.921)</u>

(*) Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

Notas Explicativas

ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

27. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

Análise de sensibilidade--Continuação

Risco de variação nas taxas de juros--Continuação

As taxas consideradas foram as seguintes:

Indicador	Cenário I provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
CDI	10,25%	7,69%	5,13%
TJLP	7,50%	9,38%	11,25%
UMSELIC	1,7866	2,2333	2,6799

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

28. Plano de previdência privada

A Companhia possui Plano de Previdência Privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são previsíveis e passíveis de controle e Administração, para o qual a Companhia e o colaborador contribuem na mesma paridade de valores para os salários superiores a R\$3,2, até o limite de 10% do salário nominal, e, para salários abaixo desse valor, a Companhia contribui com 1% do salário nominal do colaborador. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia contribuiu com a quantia de R\$278 (R\$229 em 31 de dezembro de 2015), registrada na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

29. Seguros contratados

A Companhia tem cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, de acordo com o respectivo contrato de concessão, riscos de engenharia operacionais, entre eles problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias.

Notas Explicativas**ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

29. Seguros contratados--Continuação

Em 31 de dezembro de 2016, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

Modalidade	Vigência	Cobertura R\$ mil
Equipamentos	Novembro de 2016 a Janeiro de 2017	134
Veículos	Julho de 2016 a Janeiro de 2017	Tabela FIPE
"All Risk" - responsabilidade civil	Maio de 2016 a Maio de 2017	216.000
"All Risk" - riscos operacionais	Maio de 2016 a Maio de 2017	1.477.328
Seguro-garantia	Maio de 2016 a Maio de 2017	319.672

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos

Administradores e Acionistas da

ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

Serra - ES

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Capitalização de gastos no ativo intangível de concessões

O contrato de concessão rodoviária representa o direito de exploração da infraestrutura, pautado pela norma contábil ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, no qual prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível da concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato. Os critérios de reconhecimento desses valores, e montantes investidos na infraestrutura estão divulgados nas notas explicativas 11 e 20.

Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria, uma vez as capitalizações no ativo intangível da concessão envolvem a utilização de premissas, julgamentos e a manutenção de controles por parte da administração da concessão de rodovia, uma vez que essas capitalizações podem não estar de acordo com as obrigações previstas no contrato de concessão e, quando previstas, podem ser registradas por valores incorretos ou indevidamente capitalizadas.

Como nossa auditoria tratou esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria para confirmar o adequado registro e controle deste ativo incluíram, dentre outros: (i) a avaliação da adequação das políticas de capitalização de ativo intangível de concessões, incluindo aquelas relacionadas ao método de percentual de conclusão das obras; (ii) a realização de testes documentais sobre as adições ao ativo intangível de concessão, incluindo validações com a área de engenharia das medições realizadas de acordo com o andamento das obras, confronto com os contratos de prestações de serviços e ou notas fiscais relacionadas; (iii) a avaliação da natureza dos gastos capitalizados como ativo intangível de concessão, considerando os critérios e requerimentos estabelecidos no contrato de concessão e (iv) inspeção física, em base amostral, das obras realizadas.

Adicionalmente, avaliamos se as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras foram apropriadas.

Transações com partes relacionadas

A Companhia realiza transações com partes relacionadas com natureza diversas, principalmente transações operacionais, como a prestação de serviços de construção e manutenção rodoviárias, entre outros. As transações, saldos e condições contratuais significativas, estão divulgadas na Nota Explicativa 17.

Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria devido à possibilidade de que essas transações sejam acordadas ou registradas por valores inadequados, fora do período de competência ou não aprovadas pelos órgãos de governança da Companhia, principalmente nas prestações de serviços para construções de ativos.

Como nossa auditoria tratou esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria para confirmar o adequado registro e controle dessas transações incluíram, dentre outros: (i) a avaliação da política de transações com partes relacionadas da Companhia e sua aplicação nas principais transações incorridas durante o exercício; (ii) realização de exame da documentação suporte para as transações materiais, incluindo a inspeção de contratos e cálculos preparados pela Administração; (iii) verificação da aprovação das transações pelo Conselho de Administração, de acordo com a política estabelecida pela Companhia; e (iv) realização de procedimento de envio de cartas de confirmação às contrapartes das operações sobre os saldos e contratos vigentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2017.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Ezequiel Litvac

Contador CRC-1SP-249186/O-5

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores nos termos do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009

Para fins do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores da Eco101 Concessionária de Rodovias S.A., abaixo indicados, declaram que:

Após exame das demonstrações financeiras da Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, bem como o relatório sem ressalvas da Ernst & Young Terco Auditores Independentes S/S, a Diretoria aprovou as demonstrações financeiras em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, e declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela Ernst & Young Terco Auditores Independentes S/S; e
- Reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

José Carlos Cassaniga

Diretor Presidente

Paulo Roberto Hanke

Diretor Superintendente e Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Declaração dos Diretores nos termos do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009

Para fins do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores da Eco101 Concessionária de Rodovias S.A., abaixo indicados, declaram que:

Após exame das demonstrações financeiras da Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, bem como o relatório sem ressalvas da Ernst & Young Terco Auditores Independentes S/S, a Diretoria aprovou as demonstrações financeiras em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, e declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela Ernst & Young Terco Auditores Independentes S/S; e
- Reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

José Carlos Cassaniga

Diretor Presidente

Paulo Roberto Hanke

Diretor Superintendente e Diretor de Relações com Investidores